

# *Superior Tribunal de Justiça*

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.487 - PR (2019/0297170-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : JOAO VAZ DE SOUSA NETO**  
**ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE BALDISSERA - PR055717**  
**MARCELO LUIS MARTINS DA SILVA - PR051985**  
**HEBER CARVALHO PRESSUTO - PR075386**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO**

## **DECISÃO**

**JOÃO VAZ DE SOUZA NETO** impetra mandado de segurança contra acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, que negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa, no qual pretendia fosse deferido o direito de realizar tratamento odontológico particular, com especialista de sua confiança.

Entretanto, conforme dispõe o art. 105, I, "b" da Constituição Federal, compete a este Superior Tribunal processar e julgar, originariamente, de Justiça: I - processar e julgar, originariamente, "os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal."

No caso, este mandado de segurança se volta contra acórdão proferido em agravo em execução, a atrair a incidência do enunciado contido na **Súmula n. 41 do STJ**: "o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos".

Ademais, por não ser sucedâneo recursal, não é cabível a sua impetração nos casos em que há recurso próprio, previsto na legislação processual, apto a resguardar a pretensão do impetrante, mesmo que sem efeito suspensivo, **salvo a hipótese de decisão manifestamente ilegal**, conforme, aliás, entendimento externado por este Superior Tribunal (**AgRg no RMS n. 52.087/DF**, de relatoria da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 15/12/2016), o que **não é a hipótese dos autos**. A hipóteO caso

Como ressaltou o acórdão impugnado, "o procedimento alternativo proposto pelo Diretor da Penitenciária de Catanduvas (prótese removível) é suficiente para solucionar o problema de saúde referido pelo apenado, podendo ser facilmente efetivado pelos dentistas da própria

# *Superior Tribunal de Justiça*

Penitenciária Federal, sem os inconvenientes deslocamentos do interno para fora da unidade" (fl. 61).

Logo, como ressaltado linhas atrás, "nos termos da Súmula 41/STJ, o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais ou dos respectivos órgãos" (**AgRg no MS n. 22.073/RS**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, DJe 31/5/2016).

Em razão do exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, **indefiro, desde logo, o pedido, com a extinção do feito sem apreciação do mérito.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**